

FMI MANDA APERTAR O CINTO

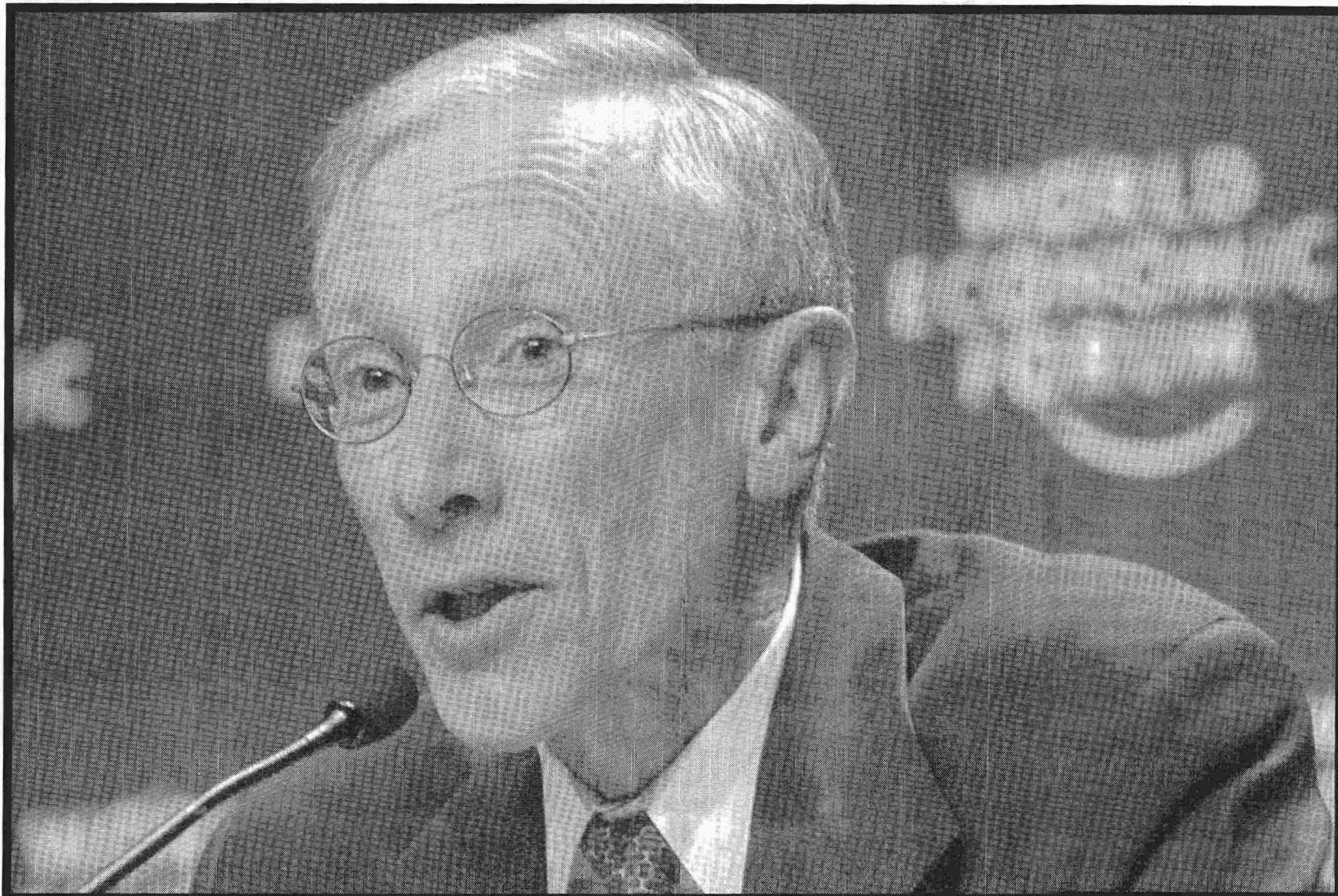
O governo estuda novas medidas de corte de gastos que podem introduzir um decreto de programação financeira, limitando os gastos no Orçamento aprovado na semana passada, e a inclusão de novas empresas no programa de privatização. Também será encaminhada ao Congresso a segunda etapa da reforma da Previdência, preparada pelo ex-presidente do BNDES André Lara Resende, que depende apenas de lei ordinária. A equipe econômica e a missão de técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada pela economista Teresa Ter-Minassian, passaram o dia ontem avaliando as contas públicas e a necessidade de aumentar o superávit primário (que exclui os gastos com juros).

O Congresso também já se prepara para examinar as propostas de ampliação do ajuste fiscal. O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga (PSDB), informou que, logo depois de concluída a votação da emenda que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na Câmara, o governo começará a trabalhar para aprovar a segunda etapa da reforma da Previdência. Ele disse que poderá haver novos cortes de gastos e defendeu a idéia de contingenciamento de verbas no Orçamento, sugerindo que esse processo de ajuste comece pelos gastos vinculados ao chamado *Imposto Verde*. "Não aprovando esse imposto, podemos contingenciar essa parte. Já é um passo", disse.

O imposto que incidiria sobre a venda de combustíveis é defendido pelo PMDB e, embora ainda não tenha sido criado, sua arrecadação, estimada em R\$ 2,5 bilhões, foi prevista no Orçamento para custear despesas do Ministério dos Transportes, principalmente na área de conservação de rodovias. Uma das conclusões da equipe econômica é que o desempenho dos estados é fundamental nesse processo de ajuste fiscal, pois o superávit primário não será alcançado sem a contribuição deles. Por isso, técnicos do governo estudam saídas para melhorar as contas públicas, como por exemplo, usar recursos da privatização de empresas estaduais na criação de fundos de previdência para os servidores.

Outra proposta em estudo é a demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis. Essa alternativa vem constando de todos os pacotes de ajuste fiscal nos últimos anos, mas desta vez poderia ser para valer. É que a reforma administrativa abriu o caminho para que

Michel Euler/AP



Fischer: chegada do vice-diretor do FMI dará início às negociações do governo com o Fundo para definir novas metas do programa econômico

as demissões sejam feitas por meio de medida provisória.

CENÁRIOS

A missão do FMI e a equipe econômica elaboraram diferentes cenários para a economia este ano, a partir dos quais serão fixadas as novas metas do programa econômico. O governo prevê que o PIB (soma de todas as riquezas produzidas no país) pode ter uma queda entre 2% e 3% em 1999 em relação ao ano passado, por causa da desvalorização cambial. O número ainda não está fechado, mas ficará dentro desse intervalo, segundo uma fonte do governo. No acordo assinado com o Fundo em novembro, previa-se que a economia teria uma retração de 1% neste ano.

A previsão do PIB é uma das variáveis-chave ao lado da inflação, das taxas de juros e da desvalorização do real, que os técnicos levarão em conta para definir as metas do novo programa econômico, que precisa ser aprovado pela diretoria do Fundo. Ela é essencial para que o governo e o FMI possam estimar qual será a arrecadação deste ano, e desse modo, calcular novas metas para o déficit público. Segundo a fonte, o novo pro-



grama deve mesmo estabelecer que o governo precisará conseguir um superávit primário (diferença entre receitas e despesas públicas, sem contar os gastos com juros) maior do que os 2,6% do PIB que constavam do acordo anterior, para cobrir o au-

mento dos gastos com juros.

Nas discussões com os técnicos do Fundo, a equipe econômica tem considerado ainda que as cotações do dólar devem cair ao longo dos próximos meses, chegando ao fim do ano com ganho de 30% em relação ao real.

Embora não dependa de aprovação do Congresso, a proposta de novos cortes ou até o contingenciamento de verbas do orçamento é defendida por parlamentares. O senador Jorge Bornhausen (PFL SC) considera que embora exista a idéia de que não há mais onde cortar, se o governo procurar encontrará maneiras de diminuir seus gastos. Ele citou, por exemplo, a Justiça do Trabalho, que tem uma verba no orçamento de R\$ 3,4 bilhões, e os programas militares.

Com a chegada do vice-diretor gerente do FMI, Stanley Fisher, o governo deixará de lado as discussões técnicas e passará às negociações. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, adiantou que o volume de receitas com a privatização deverá continuar próximo de US\$ 20 bilhões, como previsto no acordo assinado em dezembro. Os técnicos do FMI e da Fazenda revisaram as previsões de arrecadação e de despesas do governo, do cumprimento dos contratos de renegociação das dívidas com os governadores e além do desempenho esperado das estatais este ano.